

REAÇÃO A AUMENTO DE IMPOSTOS

Lisandra Paraguassú e
Leonardo Cavalcanti
Da equipe do **Correio**

Glaucio Dettmar 30.01.97

AS DURAS MEDIDAS FISCAIS ADOTADAS PELO GOVERNO ASSUSTARAM O CONGRESSO. APESAR DO POUCO ESPAÇO PARA NEGOCIAÇÃO PERMITIDO PELO PACOTE, OS PARLAMENTARES TENTARÃO BARGANHAR ALGUMAS DAS MEDIDAS MAIS IMPOPULARES. A APENAS 11 MESES DAS ELEIÇÕES DE 1998, O REFLEXO DO PACOTE PODE ESCURECER AS AMBIÇÕES DOS PARTIDOS DA BASE GOVERNISTA.

“As medidas são necessárias, mas nós nos reservamos o direito de examinar melhor a parte que trata do aumento de impostos”, avisou o líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA). A Medida Provisória (MP) que limita a dedução do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) a 20% do total, é o alvo preferido dos parlamentares. Considerada uma das mais impopulares, retirá-la do pacote transformou-se em ponto de honra para a base governista.

“A pessoa física já está muito comprometida”, disse o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). “O governo pode tirar esses recursos de outras fontes”. ACM foi mais longe: afirmou que o Congresso poderá “exigir” a retirada do aumento do IRPF em troca da aprovação das demais MPs.

A força do senador baiano dentro do governo de Fernando Henrique Cardoso é conhecida. Desta vez, no entanto, apenas a vontade política do Palácio do Planalto poderá fazer com que as medidas sejam negociadas. Com um pacote feito a partir de decretos e MPs, o governo precisa de pouca colaboração dos parlamentares para colocar suas idéias em prática.

Entre as 51 medidas anunciadas ontem, o Congresso poderá ter influência apenas sobre as 17 MPs — os demais pontos são medidas administrativas ou decretos presidenciais. Se forem a plenário para serem votadas, poderão ser alteradas por propostas de deputados e senadores, ou até mesmo rejeitadas.

No entanto, o governo conta com uma facilidade: se não quiser ver suas propostas modificadas, basta que negocie para que elas não entrem em plenário. Vencido o primeiro prazo de 30 dias, basta apenas reeditá-las — e isso pode ser feito por quantas vezes a equipe econômica achar necessário. Algumas MPs estão no Congresso, sem serem votadas, há mais de 30 meses.



Antônio Carlos Magalhães: Congresso pode até “exigir” retirada do aumento do IR para aprovar outros pontos do pacote

Há apenas uma exceção entre as MPs: a que aumenta a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis e bebidas. Para que a medida possa vigorar no ano que vem, terá que ser aprovada ainda em dezembro. Depois disso, o governo poderá reeditá-la mais uma vez, mas a aprovação do Congresso terá que ser feita em 30 dias sem nenhuma alteração, ou a MP deixa de valer. Seriam R\$ 800 milhões que a Receita Federal deixaria de arrecadar em 1998.

O Palácio do Planalto não dá sinais de aceitar a negociação. “O presidente está muito firme quanto a adoção das medidas”, garante o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PS-

DB-DF). O próprio senador, no entanto, criticou alguns pontos do pacote. “Demissão de funcionários nesse momento é muito ruim”, afirmou.

O líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves (MG), afirma que o pacote não poderá ser mexido. “É aprovar ou rejeitar, não tem meio-termo”, garantiu. A posição radical do Tucano poderá ser suavizada se os líderes governistas decidirem comprar a briga com o Planalto.

É que as reformas administrativa e previdenciária, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) — projetos considerados imprescindíveis pelo governo para estabilizar o

Real — ainda dependem dos parlamentares para serem aprovados.

A reforma administrativa ainda terá quer ser apreciada em segundo turno pela Câmara. Depois disso passa pelas comissões do Senado e tem que ser votada duas vezes em plenário. A previdenciária foi aprovada no Senado, mas sofreu tantas modificações que voltou à Câmara e está na Comissão de Constituição e Justiça. Ainda terá que passar por duas votações.

A CPMF acaba de ter o relatório concluído na Comissão especial, mas precisa passar por toda a tramitação nas duas Casas. Apenas o FEF já está praticamente assegurado. Deve ser aprovado facilmente pelo Senado.